

PRESENÇA E ATUAÇÃO DE MULHERES MÃES NA UNIVERSIDADE: DIALOGANDO COM PROFESSORES/AS E ALUNAS

PRESENCE AND ACTING OF WOMEN'S MOTHERS IN THE UNIVERSITY: DIALOGUE WITH
TEACHERS AND STUDENTS

PRESENCIA Y DESEMPEÑO DE LAS MUJERES MADRES EN LA UNIVERSIDAD: DIÁLOGO CON
MAESTROS Y ESTUDIANTES

Samara Gomes Aguiar¹
Valquiria Normanha Paes²
Sônia Maria Alves de Oliveira Reis³

Resumo

Este trabalho objetivou analisar, a partir das especificidades da condição feminina, como acontece o ingresso, a permanência e a participação de mulheres que são: “*mães, esposas, donas de casa ou trabalhadoras*” no Departamento de Educação, *Campus XII* da Universidade do Estado da Bahia. A análise dos dados aqui apresentados fundamenta-se predominantemente nos pressupostos da abordagem qualitativa, que auxiliou no entendimento em amplitude do contexto do problema. Tendo em vista que esta é uma pesquisa de campo, valeu-se de questionários e entrevistas semiestruturadas visando identificar o perfil das estudantes que cursam a Educação Superior no *Campus XII*. Para apurar os dados coletados, recorreu-se à técnica da análise de conteúdo por ela se tratar de uma verificação múltipla de significados sobre um mesmo fenômeno. Os resultados apontam que hoje os problemas mascararam-se de formas bastante sutis, tornando-se mais difíceis de serem problematizados e devido a isso as mulheres defrontam-se com batalhas que nem elas mesmas sabem que precisam ser lutadas, tendo como maior adversária a naturalização de sua situação, pois ela conduz a um estado de acômodo frente à negação de muitos de seus direitos, e isso impede a mudança de acontecer. As discussões tecidas ao longo do texto mostraram ainda que o perfil das mulheres mudou, assim como suas funções na sociedade e em virtude disso a academia não pode mais invisibilizar esse público, pois diante de um predomínio numérico e maioria substancial, atuam agora como protagonistas em diversos ambientes, e também em suas próprias vidas.

Palavras-chave: Mulheres. Universidade. Ingresso. Permanência. Dificuldades.

Abstract

This work had as objective to analyze, from the specificities of the female condition, as it happens the ingress, the permanence and the participation of women who are “*mothers, wives, housewives or working women*”, in the education department – *Campus XII*, University State of Bahia. The

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *Campus* de Vitória da Conquista/Bahia.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia.

³ Doutora e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora na Universidade do Estado da Bahia, *Campus XII*. Coordenadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Paulo Freire (NEPE). Pesquisadora da linha “Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais”.

analysis of the data presented here is based predominantly on the assumptions of the qualitative approach, which aided in understanding the breadth of the context of the problem. Considering that this is a field research, we used questionnaires and semi-structured interviews to identify the profile of students who study Higher Education in *Campus XII*. In order to determine the data collected, we used the technique of content analysis because it is a multiple verification of meanings about the same phenomenon. The results indicate that today the problems have been masked in very subtle ways, becoming more difficult to be problematized and because of this the women are confronted with battles that they themselves do not know that they need to be fought, with the greatest adversary being naturalization of its situation, because it leads to a state of inability to deny some of its rights, and this prevents the change from happening. The discussions made throughout the text also showed that the profile of women has changed, as well as their functions in society and because of this; the academy can no longer make this public invisible, because in the presence of a numerical predominance and substantial majority, they act as protagonists in diverse environments, and also in their own lives.

Keywords: Women. University. Ingress. Permanence. Difficulties.

Resumen

Este trabajo tuvo como objetivo analizar, a partir de las especificidades de la condición femenina, cómo el ingreso, la permanencia y la participación de las mujeres son: "*madres, esposas, amas de casa o trabajadoras*" en el Departamento de Educación, *Campus XII* de la Universidad Estatal de bahia. El análisis de los datos presentados aquí se basa predominantemente en los supuestos del enfoque cualitativo, lo que ayudó a comprender la amplitud del contexto del problema. Teniendo en cuenta que se trata de una investigación de campo, utilizamos cuestionarios y entrevistas semiestructuradas para identificar el perfil de los estudiantes que estudian Educación Superior en el *Campus XII*. Para determinar los datos recopilados, utilizamos la técnica de análisis de contenido porque es una verificación múltiple de significados sobre el mismo fenómeno. Los resultados indican que hoy los problemas se han enmascarado de maneras muy sutiles, cada vez más difíciles de ser problematizados y, debido a esto, las mujeres se enfrentan a batallas que ellos mismos no saben que necesitan ser combatidas, siendo el mayor adversario la naturalización de su situación, porque conduce a un estado de incapacidad para negar algunos de sus derechos, y esto evita que ocurra el cambio. Las discusiones realizadas a lo largo del texto también mostraron que el perfil de las mujeres ha cambiado, así como sus funciones en la sociedad y, debido a esto, la academia ya no puede hacer este público invisible, porque en presencia de un predominio numérico y una mayoría sustancial, actúan como protagonistas en diversas ambientes, y también en sus propias vidas.

Palabras clave: Mujeres. Universidad. Inserción. Permanencia. Dificultades.

Considerações iniciais

Analisando a história da humanidade pode-se perceber que toda sociedade, independente da época em que se encontre, é resultado de uma construção anterior que nunca está acabada, pelo contrário, é contínua e gradativa. A organização social brasileira tem se consolidado da mesma forma, diante de uma sucessão de fatos e fatores que a transformaram no que é hoje. Foram vários os pilares que a sustentaram no

decorrer de sua estruturação, assim é cabível dizer então que somos fruto de um passado edificado sobre inúmeros conceitos e certezas que moldaram a realidade atual.

Uma dessas concepções, que não é exclusiva da realidade brasileira, refere-se ao patriarcado⁴. Esse ideal de soberania masculina que está fincado na gênese de nossa sociedade, e de tantas outras, gerou incontáveis consequências para as mulheres, em diversos aspectos de suas vidas, pois são um coletivo que durante muito tempo, encontrou-se no lado subjugado do contexto. É somente nos últimos anos do século XX, graças a um longo caminho de lutas, que o público feminino começou a viver as mudanças plantadas em um passado de resistências e embates contra todas as formas de dominação a que vinham sendo submetidas.

Mesmo em meio a um cenário de mudanças, não se pode ignorar as sequelas criadas pela desigualdade de gênero. São muitas as implicações disso em nosso cotidiano, na forma como pensamos e agimos, no modo como nos organizamos social e politicamente, exercendo, portanto, influência direta em diversos aspectos como leis e direitos, ou a negação deles. Em vista disso é que se pode perceber acerca da relevância do tema mulheres acadêmicas que são: “mães, esposas, donas de casa ou trabalhadoras”, pois já que universidade é um espaço que defende a necessidade de inclusão e também atua como um ambiente para tal, torna-se assim um local propício para a reivindicação dos direitos de grupos que almejam por transformações.

Este estudo surge com o propósito maior de relatar a vida de mulheres que, nas condições acima estabelecidas, conseguem adentrar e permanecer na universidade, revelando ainda as estratégias de que se valem para conciliar todos os papéis que lhe são atribuídos.

O problema que move esta pesquisa é: considerando as especificidades da condição feminina na busca pela escolarização, como se dá o ingresso, a permanência e a participação das mulheres na universidade?

⁴ [...] formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é [...] quase sinônimo de “dominação masculina” ou de “opressão das mulheres” (DELPHY, 2009, p. 173).

O objetivo geral buscou analisar, a partir das especificidades da condição feminina, como ocorre o ingresso, a permanência e a participação das mulheres no Departamento de Educação, *Campus XII* da Universidade do Estado da Bahia, situado em Guanambi/BA. Já os objetivos específicos foram: investigar a visão das estudantes acadêmicas no perfil delimitado em relação a seu ingresso na universidade; analisar como ocorre a participação das mulheres mães, donas de casa, esposas e trabalhadoras nas atividades acadêmicas e discutir os desafios da maternidade em relação às demandas que a academia traz.

A escolha por esse tema despertou-se primeiramente no contexto de nossa sala de aula, pois notamos as limitações que algumas colegas que se encaixavam em uma ou em todas as condições retro mencionadas tinham no momento de dedicar-se às atividades acadêmicas, uma vez que suas outras “obrigações”, fora do cenário universitário, também eram vistas como prioridade, e essa “falha” na tentativa de conciliação frustrava as alunas de tal modo que acabou por nos inquietar. As maiores queixas delas remetiam-se aos impasses que narravam ao enfrentar a harmonização dessas várias tarefas, que muitas vezes lhes eram impostas, ainda que de forma simbólica.

Diante dessa realidade percebida foi que as diversas indagações que permeiam este estudo surgiram, pois ao percebermos os dilemas que as mulheres, na condição singular de ser mulher, enfrentam durante sua caminhada para entrar, permanecer e atuar na universidade é que fomos mais instigadas a pesquisar sobre a temática, considerando ainda a diversidade de histórias existentes naquele local.

Espera-se com esta investigação que as mulheres universitárias reconheçam o valor de suas próprias lutas, para que, assim, assumam seu lugar na busca por seus direitos e percebam que não estão sozinhas na jornada que é a vida acadêmica feminina. Outra aspiração que se tem é a desnaturalização da situação de alunas mães que precisam levar suas crianças consigo para a sala de aula, pois a naturalização dos fatos impede que soluções sejam apontadas, uma vez que tudo o que é tido como normal não é questionado, e deste modo se perpetua sem perspectivas de mudanças. Considerando isto, almeja-se que essa circunstância seja posta em análise, a fim de apontar melhorias que visem auxiliar as estudantes mães no bom desempenho de suas funções acadêmicas e também desmistificar a imposição de tantos encargos à mulher.

Em âmbito científico, o mérito deste estudo acontece no ponto em que novos caminhos de reflexão poderão se abrir para pesquisar de modo mais abrangente essa questão, pois, é importante atentar-se ao fato de que ela é pouco discutida e muito vivenciada na UNEB/*Campus XII*. Um exemplo disso foi um levantamento do estado da arte realizado neste local, no qual apenas um trabalho foi encontrado com o tema gênero; todavia, abrangendo-o de modo geral, sem considerar as condições singulares do ser mulher e as implicações de suas subjetividades em sua vida acadêmica.

Em vista disso, deseja-se que todas, especialmente aquelas inseridas no perfil delineado, sintam-se motivadas a lutarem pela efetivação de seus direitos, que mesmo sendo garantidos por lei, muitas vezes não são consolidados.

Caminho metodológico

Por este estudo dispor-se a analisar, a partir das especificidades da condição feminina, como acontece o ingresso, a permanência e a participação das mulheres no Departamento de Educação, *Campus XII* da Universidade do Estado da Bahia, decidimos realizar uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa.

A pesquisa de campo foi escolhida porque permite um contato mais próximo do/a pesquisador/a com os/as sujeitos/as e com o local de análise, já que exige a ida ao ambiente e isso possibilita criar um vínculo maior com o universo que será observado. O mérito da investigação de campo se dá no ponto em que esse tipo de análise fornece subsídios para o/a pesquisador/a compreender em profundidade os/as sujeitos/as e o contexto em que estão inseridos/as, facilitando as análises e o entendimento do ambiente pesquisado e dos fenômenos que nele acontecem.

A utilização dos procedimentos da pesquisa qualitativa auxiliou no entendimento em amplitude do contexto do problema, isto é, nos permitiu conhecer as singularidades e regularidades das mulheres que vivenciam uma ou todas as condições estabelecidas pelo estudo. Por se tratar de um recurso indutivo que busca entender por que o/a indivíduo/a age da forma que age, pensa da forma que pensa ou sente da forma que sente, ele melhor atendeu às necessidades desta investigação, uma vez que as respostas em profundidade são geradas apenas por meio da abordagem qualitativa, já que ela “responde a

questões muito particulares [...], trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2002, p. 21).

Para definir o tipo de pesquisa ponderamos que para uma investigação ser considerada de natureza exploratória é preciso que o/a pesquisador/a procure averiguar seu problema de pesquisa de modo a fornecer informações mais concisas sobre o estudo, procurando não só descrever os fatos que envolvem a inquietação, mas também compreender as motivações que conduziram a situação para o que ela se tornou no momento atual, visando ainda oferecer possíveis soluções para a questão (MARCONI; LAKATOS, 2003). Nesta perspectiva, a pesquisa realizou-se também de maneira explicativa, uma vez que se procurou explicar, a partir da exploração dos dados coletados, como e porque acontece o ingresso e a permanência de mulheres que estão inclusas em uma ou em todas as condições de: “mães, esposas, donas de casa ou trabalhadoras” no Ensino Superior.

A instituição educativa escolhida como *lócus* da pesquisa foi o DEDC, *Campus XII*, da Universidade do Estado da Bahia, situado na cidade de Guanambi/BA. Essa escolha se deu pelo fato de ser o local de ensino onde estudávamos no ano de 2018 e também por termos observado nesse espaço as limitações que as mulheres, nas condições aqui estabelecidas, se deparavam quando precisavam dedicar-se às atividades acadêmicas.

Os/as sujeitos/as pesquisados/as foram mulheres estudantes, com faixa etária variante entre 17 e 54 anos, que se encaixam em todas ou em alguma/s das condições delimitadas, e ainda os/as docentes/as do DEDC XII. A intenção em ouvir os/as professores/as aconteceu visando identificar qual a percepção deles/as em relação à presença e participação dessas mulheres no Ensino Superior, e o que pensam que pode ser melhorado quando o assunto é a inclusão de estudantes mães no cenário acadêmico.

Para a coleta dos dados com as discentes foram entregues a elas 135 questionários e desses, 116 foram devolvidos, já que nem todas que se comprometiam realizavam a devolução. Das alunas que fizeram a devolutiva da pesquisa 15 cursam Administração, 14 Enfermagem, 17 Educação Física, 69 Pedagogia e apenas 1 delas não especificou o curso. Dentre essas, 95 são mães e 21 não são, ou seja, a pesquisa foi realizada majoritariamente com mulheres mães, e que além dessa condição ainda agregam as funções de donas de casa, esposas e em alguns casos ainda possuem um trabalho remunerado fora de

casa. É válido ressaltar que as 21 que não são mães foram selecionadas pelo fato de atenderem a pelo menos um dos critérios da pesquisa, isto é, mesmo não tendo filhos/as as participantes ou eram donas de casas⁵, ou esposas ou possuíam um emprego remunerado.

No tocante aos/as professores/as, de um total de aproximadamente 100 deles/as apenas 18 responderam aos questionários. Desses/as, 12 lecionam no curso de Pedagogia, 4 em Educação Física e 2 em Enfermagem, infelizmente, não foi possível aplicar o questionário com nenhum/a professor/a que ensina no curso de Administração, devido à falta de tempo deles/as ou à indisponibilidade em participar da pesquisa.

Para atender à necessidade de coletar informações mais pessoais em relação à visão das graduandas sobre o modo como sua trajetória acadêmica vinha acontecendo e ainda quais suas maiores percepções acerca da inclusão, ou não, da universidade, empregou-se no estudo um questionário semiestruturado. Ele é definido como o meio mais rápido para a obtenção de informações, sendo bastante eficaz por não exigir treinamento de pessoal e, ainda, garantir de forma mais segura o anonimato dos/as envolvidos/as (GIL, 2010). Também foi aplicado um questionário semiestruturado com os/as professores/as do *Campus XII*, visando compreender como vêm percebendo a entrada dessas alunas na universidade e o que pensam que pode ser melhorado quando o assunto é a inserção de mulheres nessas condições específicas no cenário acadêmico.

Valemo-nos ainda da entrevista, pois esta técnica permite que o/a entrevistado/a tenha a liberdade de se expressar de maneira mais espontânea, debatendo e expondo sua opinião sobre um determinado tema. Ela pode ser conceituada como o procedimento pelo qual o/a investigado/a apresenta-se como fonte humana de informações para o/a pesquisador/a e este/a lhe formula perguntas, visando coletar dados que fomentem o andamento e os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

A revisão bibliográfica também foi usada, mais especificamente aquela chamada de Estado da Arte, que é determinada como:

⁵ Nesta pesquisa assume-se como dona de casa as mulheres que (casadas ou não, mães ou não, trabalhadoras ou não) realizam sozinhas, ou a maior parte das atividades domésticas, como higienização da casa, lavagem das roupas, entre outras.

[...] de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas [...]. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (FERREIRA, 2002, p. 258).

Assim, o trabalho propôs-se a conhecer as múltiplas percepções, discentes e docentes, sobre o ingresso feminino na universidade, considerando os atuais dilemas que as mulheres enfrentam para estudar, objetivando explorar a trajetória desse público, para identificar possíveis problemas que influenciam, direta ou indiretamente, em sua trajetória acadêmica e sugerir mudanças que possam contribuir de forma significativa na vida pessoal e estudantil das colaboradoras da pesquisa. Este estudo buscou assimilar concepções teóricas a um conjunto de instrumentos que possibilitassem conhecer as interpretações particulares das experiências de mulheres nas condições de: “mães, esposas, donas de casa ou trabalhadoras”, que lidam com as dificuldades para ingressar e permanecer na universidade pública, dadas as circunstâncias cotidianas em que muitas vezes se vêm forçosamente inseridas.

Além da intenção de ouvir alunas de todos os segmentos educacionais a seleção delas aconteceu com base em outras motivações. Foram consideradas as condições de cada uma das mulheres, já que não se pretendia entrevistar somente aquelas com perfis semelhantes, a exemplo de somente mães ou somente esposas. Ainda o perfil socioeconômico, pois considerando a barreira da condição financeira como uma variante que dificulta ainda mais a trajetória acadêmica dessas mulheres, deu-se preferência àquelas que se definiram como de baixa renda.

A apuração dos dados qualitativos produzidos durante a investigação foi direcionada com base na análise de conteúdo, pois é o processo pelo qual se dá ordem, estrutura e significado às informações (BARDIN, 2011) que são alcançadas no decorrer da pesquisa. Consiste, ainda, na transformação dessas informações em conclusões e informações úteis para o estudo.

Gênero: desvendando seu conceito e atuais implicações na vida das mulheres

Toda sociedade é resultado de um longo processo construtivo. Nenhuma organização social consolida suas crenças e conceitos sem um percurso anterior de criação, reprodução e manutenção de cada ideia, assumindo isso, considera-se que não é possível entender o atual cenário selecionado para análise neste trabalho, sem analisar o passado, buscando nele a compreensão e respostas para os problemas de hoje.

Este tópico discorre acerca do gênero, um conceito que durante muito tempo foi reprimido e marginalizado por ser considerado natural e, portanto, não passível de discussão.

Para que se compreenda o cerne dos dilemas atuais referentes à desigualdade de gênero, que são oriundos de um passado igualmente segmentado é necessário que antes se entenda sua definição. Trata-se de “uma construção social que organiza as relações entre homens e mulheres em um determinado contexto, estruturando relações de poder desiguais” (ANDRADE; SANTOS, 2013, p. 26).

A concepção de gênero está intrinsecamente ligada aos diferentes tratamentos, oportunidades e juízos de valor que são ofertados aos dois sexos biológicos, sendo a organização da sociedade que privilegia um gênero em detrimento do outro o pilar que sustenta a desigualdade entre os sexos. Ele pode ser definido também, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais do terceiro e quarto ciclos que apresentam os temas transversais, como:

[...] o conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. [...]. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pela grande diferença existente entre os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença historicamente tem privilegiado os homens, na medida em que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção social e exercício de cidadania a homens e mulheres. (BRASIL, 1998, p. 321).

Ainda neste contexto é válido citar que a mulher desde a antiguidade foi, e tem sido considerada um ser inferior, sendo vista pela sociedade exclusivamente como a dona do lar, o sexo frágil, um ser relativamente incapaz, concepções que tornavam necessário conferir a ela a proteção do “ser superior”, o homem, podendo ele ser seu pai, irmão, parente mais próximo ou marido.

Revista Cenas Educacionais, Caetitê – Bahia - Brasil, v. 2, n. 2, p. 150-174, jul./dez. 2019.

No livro *O mito do amor materno: um amor conquistado*, de Elisabeth Badinter, publicado no ano de 1985, a família é considerada um grupo religioso, que tem como chefe o pai. Ele assume direitos e funções judiciárias, tais como zelar pela boa conduta dos membros do grupo familiar (mulheres e crianças) e prover o capital necessário ao sustento da família. Seu poder é, portanto, absoluto. Julgar e punir são ofícios exclusivos dele (BADINTER, 1985).

Esse modelo de família organizada hierarquicamente e por ordem de importância por pai, mãe e filhos/as prevaleceu durante um longo período e as consequências dessa configuração na sociedade atual foram a delegação das responsabilidades com as crianças exclusivamente para as mulheres, o afastamento dos homens do trato com os/as filhos/as, a divisão das atividades domésticas destinadas majoritariamente ao sexo feminino, pois já que o homem era tido como o chefe, a ele cabia somente prover o sustento e delegar funções, lidar com crianças e atividades de casa não era de sua competência.

Ao conceber que todas as certezas da sociedade são o resultado de um processo de edificação, o pensamento de que a mulher é feita para ser mãe não deixa de ser igual. Ainda hoje prevalece o estereótipo de que a maternidade é algo inerente às mulheres, um desejo que já nasce com elas, sendo considerada o ápice de suas vidas. Essa ideia também é fruto da estruturação de gênero que ainda rege a sociedade:

[...] o estudo e a conceituação do termo gênero permitem entender como homens e mulheres assumem comportamentos e papéis normativos culturalmente estabelecidos e desiguais em termos de poder e importância. As mulheres internalizam a sua subordinação e desvalorização com base em discursos sociais institucionalizados (nas escolas, nas empresas e organizações, nas igrejas e demais templos religiosos e mesmo dentro de casa) que trazem implicações diretas na sua constituição de sujeito. (ANDRADE; SANTOS, 2013, p. 27).

Depois de irem à luta e mostrarem sua capacidade intelectual essa visão de que a mulher era um ser frágil, que necessitava de assistência começou a se modificar. Elas saem da esfera privada para a pública e vão em busca de sua inclusão no mercado de trabalho. Dentre tantos feitos alcançados, é válido citar a criação e disponibilização do anticoncepcional no ano de 1960, que lhes proporcionou uma maior independência sexual, além do direito ao divórcio e principalmente a conquista de uma educação igualitária, ou seja, aquela na qual o currículo não se diferenciava para meninos e meninas (SANTANA; WAISSE, 2016).

Revista Cenas Educacionais, Caetité – Bahia - Brasil, v. 2, n. 2, p. 150-174, jul./dez. 2019.

Durante muito tempo a luta feminina foi, e tem sido por direitos iguais em relação ao sexo masculino. Assim, diante dessas pequenas, mas importantes vitórias, o casamento e o ofício materno deixaram de ser suas únicas possibilidades de existência, e o papel do homem em sua vida transmutou-se de seu dono para um companheiro escolhido. Através da luta, as mulheres deram o pontapé inicial para a conquista de sua independência, conseguindo iniciar a mudança de hábitos e pensamentos machistas que antes eram estabelecidos pela sociedade, maridos e pela própria família.

Recentemente estão ganhando cada vez mais espaço no mercado de trabalho e principalmente no meio acadêmico, mesmo que isso ainda venha acontecendo de forma tímida. Ficar somente em casa, cuidando do lar e dos/as filhos/as está se tornando um passado cada vez mais distante para aquelas que assim desejam. À vista disso, percebe-se o quanto os ideais do feminismo contribuíram para as diversas desobrigações do gênero feminino, as auxiliando a elevar-se ao lugar de donas de sua própria história:

Atualmente, percebe-se uma mudança muito grande no perfil das mulheres, que antigamente realizavam apenas tarefas tradicionais, como cuidar da casa e dos filhos. Elas estão competindo de igual para igual com os homens e estão correndo atrás do tempo perdido. Trabalham fora e realizam ainda as tarefas tradicionais, além de serem mãe e esposa. Tudo isso graças às lutas dos movimentos feministas a partir da década de 70, envolvendo a entrada feminina nas decisões políticas e de seus interesses na agenda governamental. (CARVALHO, 2011, p. 150).

Foi nos últimos anos do século XX que a mulher conseguiu alcançar certo destaque na sociedade, começando a obter os mesmos direitos educacionais ofertados aos homens, chegando ao nível de tê-los garantidos por lei. Um deles, talvez o mais importante, foi o acesso à educação, principalmente no nível superior, que antes lhe era negado. Todavia, quando se fala em obtenção de direitos ainda há um longo caminho de melhorias a se trilhar, visto que essas conquistas não significam exatamente a igualdade nas relações de gênero, pois ainda é visível a existência de alguns pensamentos ultrapassados que insistem em diminuir o valor da mulher e de suas conquistas e capacidades.

Para que haja uma mudança concreta é essencial reconhecer que o machismo e os princípios do patriarcado não desapareceram, estão longe disso, apenas encontraram formas mais sutis de se manifestarem e isso os torna mais perigosos e cada vez mais difíceis de serem combatidos. Daí a importância de reconhecê-los, problematizá-los e

buscar meios de superá-los, pois se tratam de ideias infundadas e ilegítimas de dominação de um sexo sobre outro.

Universidade inclusiva para quem?

Para explanar acerca da presença e atuação de mulheres mães na universidade, aqui traremos falas de professores/as e alunas do *Campus XII*, para melhor compreender o que pensam a respeito da inserção feminina, tal qual acontece atualmente na universidade.

Primeiramente discorreremos sobre as “falácias” da inclusão universitária. Posteriormente sobre como ocorre a participação das mulheres: “mães, donas de casa, esposas e trabalhadoras” nas atividades acadêmicas. Em seguida acerca dos desafios que envolvem a maternidade e as demandas que a academia traz. E por fim, avaliamos o contexto da sala de aula das discentes, analisando o dilema “frequentar a universidade ou cuidar dos filhos”, que muitas mulheres afirmam enfrentar, considerando-o como fator determinante para o prosseguimento ou desistência de seus estudos.

A função das universidades sempre teve seu conceito voltado para a produção de conhecimentos lógicos, autônomos e que servissem para a melhoria da vida das pessoas. Elas são sinônimas de construção de conhecimentos confiáveis e úteis, que visam o aumento da dignidade da vida, desenvolvimento civilizatório, aprofundamento dos valores democráticos e de elevação do humano (SOBRINHO, 2015).

Não se pode afirmar que o/s pilar/es da/s função/ões da universidade tenha/m mudado, todavia, sofreu alterações e adições em conjunto com a necessidade social da época em que se encontra. Na contemporaneidade, diante das muitas transformações que a sociedade enfrenta, são diversas as significações que a universidade recebe, podendo variar a depender da classe social em que o/a indivíduo/a que lhe atribui sentido se encontra, seu sexo, condição social, religião, ou outras condições específicas em que esteja inserido/a, neste caso vamos considerar a maternidade como condição.

As modificações que a universidade sofreu ao longo do tempo foram forjadas com vistas a melhorar e facilitar o desempenho das funções acadêmicas do público diversificado que ela acolhe. Sendo assim, admite-se que seu meio é marcado não pela homogeneização, mas pela diversidade, e é justamente essa mistura que move a academia, já que

se não fossem as inquietações dos vários e heterogêneos grupos que a compõem, o conhecimento produzido em seu meio seria fruto das indagações de pequenos coletivos que com o tempo deixariam de representar a sociedade, pois esta também tem como marca a diversidade.

Partindo do pressuposto de que a academia sabe que a população que a faz existir é mista, o questionamento central aqui é porque ações concretas que garantam o ingresso e principalmente a permanência desses variados grupos não são realmente efetivadas com vistas ajudá-los a permanecer nesse meio?

Quando as alunas foram questionadas sobre o discurso de inclusão que a universidade prega, as respostas mais comuns foram de que não se sentem, enquanto mulheres que são mães, esposas, donas de casa ou trabalhadoras, acolhidas por esse espaço, em virtude de não verem nenhuma mobilização da universidade para auxiliá-las em suas demandas: *a universidade não dá condições para a permanência das mulheres mães. Não desenvolve políticas pensadas no cotidiano dessas pessoas* (EUFENA, 20/04/2018), outra reitera dizendo que: *a universidade não oferece suporte necessário para a mulher mãe se sentir incluída nesse meio* (ARICINA, 10/05/2018). Uma segunda questão surge dessas suas argumentações: o que seria esse suporte mencionado pelas estudantes?

Considerando as singularidades do ofício materno, pode-se citar que a maternidade em si não permite a divisão igualitária do trabalho entre os sexos, pelo menos não nos primeiros meses de vida da criança, visto que é desigual desde a gestação até o período de amamentação. Assim, ponderando sobre o fato de ser uma situação na qual muitas vezes a mãe não tem alternativa a não ser levar a criança consigo para o meio acadêmico, e ainda analisando os espaços físicos do *Campus XII*, fica fácil afirmar que o local não está preparado para o recebimento de mulheres nessa situação, já que faltam ambientes e estruturas adequadas para que essa inclusão seja real.

Uma aluna diz que: *acho que no campus XII da UNEB precisamos de uma brinquedoteca, um espaço aconchegante para nossos filhos ficarem caso precise levá-lo* (IODÂMIA, 16/04/2018). Não é de hoje que a estrutura física dos *campi* em geral é questionada, inúmeros foram os avanços obtidos, mas não é porque se progrediu em muitos aspectos que se deve parar por aí. Ainda há um longo caminho de evolução a ser

trilhado, a exemplo da necessidade de um local adequado para a amamentação⁶, já que as mães universitárias que levam seus/suas filhos/as para a sala de aula são uma realidade que não se permite mais ser ignorada. Acerca disso, ouvem-se queixas como: *apesar de todo esse discurso, as mulheres ainda enfrentam situações complicadas para concluir sua graduação, já presenciei olhares de reprovação quando uma graduanda estava amamentando seu bebê no pátio da universidade* (SELENE, 26/04/2018).

Outra questão importante a ser pensada é referente ao paradoxo que ainda se enfrenta atualmente no tocante ao acolhimento de alunas mães: construir locais para elas amamentarem ou ensinar que amamentação é algo fisiológico e indispensável para a sobrevivência e saúde da criança?

De todo modo, o que é comum na fala de quase todos/as os/as envolvidos/as na pesquisa é que afirmam ser necessário expor as fragilidades que a universidade possui, pois só assim ela buscará resolvê-las, uma vez que é somente em decorrência da pressão das classes menos privilegiadas pela aquisição de seus direitos que as mudanças acontecem, não importando o contexto.

- Participação das mulheres mães, donas de casa e esposas nas atividades acadêmicas

Do quantitativo de 116 questionários respondidos, apenas 10 estudantes afirmaram nunca terem participado de eventos científicos no *Campus XII*, o que pode ser justificado pelo fato de a maioria destas encontrarem-se nos primeiros semestres, entretanto, o maior percentual assegura que já se envolveu nos eventos, pois os consideram de extrema importância para o currículo e formação pessoal: *é preciso entender que a universidade sozinha não consegue consolidar o conhecimento. Precisamos ampliar nosso repertório e sempre buscar por novas discussões* (ARIA, 03/05/2018).

Ou seja, não se inscrevem nas atividades acadêmicas extra aula somente para completar a carga horária que necessitam para se formar, mas também porque veem nelas

⁶ Neste caso as próprias mulheres afirmaram que não se sentem à vontade em amamentar em público, só o fazem quando não há outra alternativa. Em vista disso, respeitando o direito de exposição, ou não, do próprio corpo é que se defende a criação de um local propício à amamentação.

uma forma de melhorar seu desenvolvimento, já que compreendem que nem sempre as questões mais relevantes para a formação humana e profissional são aprendidas em sala. Citam ainda que valorizam o espaço fora da sala de aula: *por ter consciência da importância que esses eventos trazem para a trajetória acadêmica, profissional e pessoal* (IODÂMIA, 16/04/2018).

As que dizem ainda não terem participado de nenhum evento científico explicam contando que ainda não tiveram oportunidade por estarem nos semestres iniciais, e outras relatam que não conseguem organizar os horários e tarefas de modo a obterem tempo para essas atividades.

Outra discente relata que nunca fez parte de nada que a academia oferta porque: *não tenho como conciliar os horários com minha mãe para ficar com meu filho. E diante da preocupação não participo* (DAFNE, 05/2018). O mais nítido nesta fala remete-se à questão do conciliar. Mesmo estando no primeiro semestre, a aluna em destaque já encontra dificuldades para ajustar suas várias obrigações, fora do espaço acadêmico, com a universidade, talvez porque ainda seja uma realidade nova ou porque tem assumido funções que excedem suas capacidades.

Apesar dos desafios que as mulheres estudantes revelam enfrentar em seu cotidiano estudantil, a maioria pretende prosseguir estudando quando a graduação terminar, isso indica a importância que dão para a formação continuada. Uma delas cita que dará continuidade em seus estudos, pois acredita ser:

[...] uma necessidade continuar os estudos, já que a sociedade muda rapidamente e se você não buscar fazer uma especialização acho difícil conseguir manter no mercado de trabalho só com a graduação. Antigamente terminava a graduação estava pronto, hoje não, é só o início da caminhada. (MEDUSA, 04/2018).

A visão da aluna mencionada demonstra a importância que confere ao estudo, visto que antigamente de fato, bastava finalizar o Ensino Médio que já se tinha a garantia de um emprego, isto porque os homens eram os provedores da casa e estes, na maioria das vezes, herdavam a profissão de seus pais. Todavia, atualmente esse cenário se modificou, concluir a Educação Básica e ainda ter a segurança de um emprego estável é um passado cada dia mais distante, pois a sociedade capitalista vigente exige cada vez mais qualificação dos/as

profissionais. Isto torna necessário buscar outros meios de capacitação, já que tem sido cada vez maior a exigência.

Daquelas que responderam aos questionários, apenas 6 alunas disseram que quando terminarem o curso não pretendem dar seguimento com a vida acadêmica. Destas a motivação que mais se sobressaiu foi devido à falta de disponibilidade, pois citam que: *acho que não terei disponibilidade para isso infelizmente (DORIS, 26/04/2018), ou: porque não consigo tempo e nem sei se vou conseguir concluir o curso (FEBE, 16/04/2018).*

A falta de tempo, sendo o motivo mais recorrente, indica que entre o público feminino o percentual de encerramento da vida acadêmica logo após a graduação é maior do que entre o público masculino.

- Os desafios da maternidade e as demandas da academia: da naturalização ao constrangimento

Com a superioridade do número de alunas mães e diante das variadas respostas que foram recebidas quando perguntadas se em algum momento estas estudantes já tiveram que trazer seus/suas filhos/as para a universidade, foram muitas as narrativas. Na maioria das vezes as crianças eram trazidas porque as mães não tinham com quem deixá-las: *não tive com quem deixá-la (NADIA, 04/05/2018), ou: porque não tinha nenhum adulto responsável para cuidar dele (ISIS, 28/04/2018), ainda: por não ter com quem ficar e meus familiares terem compromisso com o trabalho (CIRCE, 03/05/2018).*

Em outros casos porque estavam no período de amamentação: *[...] trago minha filha de dois meses por não ter com quem deixar e estou amamentando (RÉIA, 06//2018).* Em concordância, outra aluna diz que poderia deixar o filho com o marido, mas: *[...] a questão é a amamentação, [...] porque eu sei se eu deixar o meu bebê com o pai, ele vai chorar muito porque eu sei que ele se irrita quando ele está sem amamentar, [...] ele é totalmente dependente do seio materno [...]* (MINERVA, 25/10/2018).

Houve até as que citaram que os/as filhos/as tiveram a curiosidade em conhecer o local em que as mães estudam: *por curiosidade dele em conhecer a universidade (PANDORA, 17/04/2018),* aquiescendo outra cita: *por curiosidade dela mesma, queria conhecer a escola da mamãe (IRIS, 17/04/2018),* e outra complementa: *porque ela queria conhecer a*

instituição (FREYA, 16/04/2018). Essa diversidade de resultados só reforça que as mulheres com filhos/as no espaço acadêmico são uma realidade cada dia mais presente, e crescente.

Frente aos muitos papéis que a mulher vem desempenhando nas últimas décadas, é necessário considerar que as funções sociais de cada pessoa se modificaram e isso acarretou inúmeras mudanças no contexto social e, por consequência, no acadêmico. Assim, “o novo ideal de mulher, denominado ‘mulher contemporânea’, propõe a capacidade de conciliar os desejos pessoais com as exigências sociais” (FIORIN; OLIVEIRA; DIAS, 2014, p. 31).

Aumentou o número de mães solo, de mulheres que além de mães são trabalhadoras, universitárias, esposas, e isso exige mudanças urgentes nos diversos contextos em que essas mulheres contemporâneas estão inseridas, transformações que objetivem fornecer condições igualitárias de ingresso, permanência e atuação a elas.

Neste sentido, foram questionadas ainda sobre a reação da comunidade acadêmica quando tiveram que trazer seus/suas filhos/as consigo. As respostas também foram bastante variadas. Grande parte afirmou que não sentiram nenhuma reação negativa: *nunca percebi alguma indiferença da parte deles, só que é desconfortável trazer criança para cá* (JUNO, 16/04/2018). Outras citaram que a indiferença foi o sentimento que marcou o momento. Teve até aquelas que foram mais incisivas e asseguraram que: *foram e estão sendo várias reações, de espanto, de pena até e também de apoio por parte dos colegas. Alguns professores dão apoio* (RÉIA, 06/2018).

Esses relatos desencadeiam uma série de questões a serem analisadas. A primeira delas refere-se a este trecho de uma das narrativas quando a aluna diz que “foram e estão sendo várias reações, de espanto, de pena até”, vê-se aqui que, mesmo diante do discurso de universidade inclusiva, algumas temáticas ainda demoram a ser aceitas enquanto parte deste ambiente. A maternidade e presença de filhos na academia é umas delas. Primeiro porque não há estrutura adequada para recebê-los/as, segundo porque muitos não veem o local como propício para esse recebimento, e essa não aprovação pode ser percebida quando a estudante fala sobre os olhares de pena que recebe, quando ela mesma não acha nada demais ter que trazer sua filha para amamentar, já que se trata de uma necessidade da criança.

Outro aspecto importante deste contexto remete-se à vitimização imposta que é destinada a essas mães. A discente diz que traz sua filha para a universidade porque ela está amamentando, logo não tem opção a não ser fazê-lo, todavia, como o ambiente não dispõe dos recursos necessários ao acolhimento das carências de ambas, (mãe e filha), as pessoas começam a tratar as mulheres nessa situação como sofredoras, e não como pessoas em condições diferentes das suas e que precisam fazer uso de um direito que já as pertence, contudo não é efetivado, em alguns casos justamente devido à naturalização dos fatos que se faz, quando o correto seria realizar um enfrentamento que conduzisse à mudança.

Essa falha na implementação das seguridades que as alunas possuem gera a normalização da situação delas, uma desvantagem para esse grupo, pois a partir do momento em que uma circunstância é concebida como normal, pouco se faz para mudá-la, e assim a condição de desfavorecimento dessas mulheres se arrasta, sem perspectiva de mudanças que visem ampará-las em suas necessidades.

O segundo ponto está ligado ao incômodo que a presença dessas crianças desperta nos/as professores/as e colegas, já que uma aluna diz: *em alguns momentos percebia certa inquietação dos professores, pois como todos sabem crianças não conseguem ficar 'quietas' isso atrapalhava um pouco o procedimento das aulas* (CIRCE, 03/05/2018). Considerando que a sala de aula foi de fato feita para assistir aula, entende-se que não é um espaço adequado para as crianças, uma vez que a própria estudante disse 'crianças não conseguem ficar 'quietas' isso atrapalhava um pouco'. Para melhor analisar este pensamento, alguns/mas docentes citam acerca de suas atitudes diante da necessidade dessas mulheres.

Uma relata que: *cada vez que presenciei, perguntei-me até quando a UNEB vai continuar ignorando a condição das mulheres não ofertando-lhes a creche para que possam assistir às aulas com seus filhos, que muitas vezes ou na maioria, não tem com quem ficar* (EUDORA, 22/05/2018). Nessa mesma perspectiva uma aluna traz uma questão sobre o acolhimento das crianças filhos/as de alunas, dizendo que:

As crianças elas são bem acolhidas, mas depende de cada situação, tem situações que nós como colegas a gente acaba ficando estressado porque a outra colega traz o filho, e o filho não está bem de saúde, está muito choroso, ela vai ter que ficar entrando e saindo da sala toda hora, a criança está gritando então acaba estressando a gente, e a gente vê que o professor não fala mais acaba estressando o professor também essa situação. (ATALANTA, 26/10/2018).

Concordando outros/as docentes contam que:

Minha reação foi natural porque avalio o contexto em que estas alunas estão inseridas. Assim, elas vivem diariamente o dilema: frequentar a faculdade ou cuidar dos filhos? Diante disso, o lado humano do professor fala mais alto e permite o aluno assistir aula com a criança. (APOLO, 11/06/2018).

Percebo como um grande sofrimento para as estudantes que são mães terem que trazer seus filhos para a universidade. Não conseguem concentrar-se bem nas aulas, ficam preocupadas. Eu acolho do melhor modo que consigo, mas sei que o acolhimento não basta. (NARA, 06/06/2018).

De modo geral, discentes e professores/as afirmam que, por mais que todos/as acolham essas mães, a presença das crianças dentro da sala acaba atrapalhando a concentração da turma e da própria mãe, uma vez que não há um aproveitamento das atividades pedagógicas devido às frequentes interrupções que acontecem, prejudicando a aluna e também a classe. Isso fica bem evidente quando um/a professor/a diz: *eu acolho do melhor modo que consigo, mas sei que o acolhimento não basta*⁷.

Contradizendo o discurso da necessidade de inclusão, outra professora acrescenta citando: *acredito que temos que assumir nossas escolhas e isto, em minha opinião, é estar onde seja possível para minha condição atual* (FORTUNA, 11/06/2018). Contudo, o que se defende é que se cada pessoa fosse assumir “sua condição atual” a maioria da população não ocuparia diversos espaços, porque um número significativo deles foi pensado e feito para aqueles/as que não têm filhos/as, não trabalha, quem não tem outras responsabilidades além daquele local. É preciso que se compreenda que os locais só têm relevância na medida em que os/as sujeitos/as os ocupam. Os ambientes não são soberanos, eles só existem por e para as pessoas, sua função é exclusivamente suprir as necessidades de cada grupo contextual, assim o fundamental é transformá-los para receber a todos/as que desejam estar ali, e não mudar as pessoas para que ocupem os espaços, e muito menos privá-las por causa de suas condições.

Se houvessem lugares apropriados para acomodar essas crianças, muitos dos impasses expostos anteriormente poderiam ser remediados. Os/as professores poderiam

⁷ Nara (06/06/2018).

dar suas aulas tranquilamente, as estudantes mães não teriam que dividir sua atenção entre seus/suas filhos/as e a aula e a turma também não perderia o foco, tudo isso:

[...] confirma a necessidade de continuarmos lutando para garantir o acesso e permanência dessas alunas (mães) na universidade. Apesar das conquistas femininas, ainda sobrecarregamos aos ombros femininos o encargo e a responsabilidade pela criação e educação de seus filhos. (DRICA, 14/06/18).

Isso conduz à reflexão sobre o limite dos direitos, pois é fundamental refletir que, salvo algumas exceções, essas mulheres não levaram seus/suas filhos/as para o *Campus XII* por vontade própria, na maioria dos casos foi por não ter outra opção, e é justamente o aumento dessa falta de escolha que deve levar a universidade a olhar com mais empatia para as mulheres mães que buscam profissionalização, mas também já possuem a responsabilidade da maternidade.

Avaliando o contexto da sala de aula: frequentar a universidade ou cuidar dos filhos?

Ao buscar discutir como se dá a presença e participação das mulheres na universidade brasileira, especificamente nos cursos oferecidos pela UNEB, *Campus XII*, procurou-se identificar qual o olhar dos/as docentes, das alunas e de outros/as sujeitos/as envolvidos nessa relação, naquilo que se refere a essas novas estudantes (mulheres), que possuem um perfil divergente do que se tinha como habitual.

Têm singularidades que não se deixam mais ser ignoradas. Seguem na luta pela contemplação de suas necessidades, pois vêm buscando ocupar os espaços considerados de grande significação, tanto dentro quanto fora da universidade, participando de grupos militantes, debates e outros movimentos estudantis, fundamentais para a independência feminina, “na verdade, as mulheres vêm avançando em seu empoderamento. A partir da década de 1970 até os dias de hoje, a participação das mulheres, no mundo, tem apresentado uma [...] progressão” (CARVALHO, 2011, p. 149).

Apesar de as mulheres terem conseguido vários feitos, ainda são muitos os desafios que enfrentam a todo instante, uma vez que se desdobram cotidianamente para desempenhar vários papéis. É visível que “ao lado de inegáveis progressos, há

ainda uma série de barreiras não eliminadas, que insistem em permanecer, e são devidas a fatores variados” (SOUSA, 2008, p. 157). Essa discussão é contemplada na fala da docente que assegura:

Vejo que a presença de mulheres no Ensino Superior é cada vez maior. Por exemplo, no curso que leciono, as mulheres são maioria. Diante disso, a organização do Ensino Superior brasileiro precisa ser repensada em alguns aspectos, tanto em vista que sua estruturação que foi pensada para atender os filhos homens da elite brasileira. (LUCINA, 13/06/2018).

A deficiência de Políticas Públicas voltadas para o ingresso e permanência da população feminina nas condições aqui delimitadas, principalmente no que diz respeito ao *Campus XII*, acaba colaborando para a presença de crianças, filhas dessas alunas, dentro das salas de aula. Mesmo em meio a alguns relatos de desaprovação muitos/as professores/as defendem que é preciso ser sensível a essa situação. Apoiar, auxiliar, motivar, para que as mães não desistam do curso. Ainda ressaltam que somente o acolhimento não basta, é preciso que a universidade volte o seu olhar para esse público de forma mais eficiente, pois tudo o que foi exposto por elas revela-se como um sinalizador de carências mais profundas, que vão muito além da aceitação ou não de crianças em sala de aula.

Algumas considerações de uma discussão que continua

O tema proposto neste estudo visou compreender como acontece atualmente a inserção e principalmente, a permanência e atuação de mulheres que são: “mães, esposas, donas de casa ou trabalhadoras” na universidade, considerando todas as questões históricas referenciadas no *corpus* desta investigação. O fato que ficou mais evidente nesta pesquisa é que por mais que as mulheres sejam uma maioria considerável no meio acadêmico ainda convivem, e são afetadas, com diversas consequências de um passado que as limitou em vários âmbitos.

Não são raras as situações em que as mulheres são obrigadas a escolher entre dar continuidade em seus estudos ou dedicar-se à família e aos/as filhos/as, circunstância que sinaliza como ainda são visíveis as heranças de uma exclusão educacional a que foram submetidas. A criação do estereótipo de “supermulher” também as prejudicou em diversos sentidos, pois normalizou a conjuntura de sacrifícios e abdições a que se

sujeitam por pensarem que devem conciliar a qualquer custo todas as obrigações que muitas vezes lhe são impostas.

Diante de tudo o que foi analisado pudemos perceber que mesmo tendo alcançado muitas conquistas o público feminino ainda encontra inúmeros dilemas no momento de estudar, não se tratando, porém de impasses relacionados somente à vida acadêmica, não são dificuldades convencionais que qualquer pessoa que decidisse cursar o Ensino Superior encontraria, remetem-se a adversidades que se deparam somente por serem mulher e carregarem consigo o peso que esse substantivo implica.

Vê-se assim que mesmo com as lutas travadas pelos movimentos feministas que visavam a inclusão das mulheres nos assuntos da sociedade, infelizmente ainda no século XXI questões como a divisão desigual do trabalho doméstico e do trato com os/as filhos/as ainda tendem a pesar mais sobre os ombros femininos, já que tratam-se de obrigações impostas histórica e socialmente às mulheres.

O que se mostra urgente é a mobilização dos grupos menos favorecidos, para que assim pressionem os órgãos públicos, até que estes comecem a oferecer condições apropriadas às suas necessidades. Devendo criar condições que os impulsionem ao longo do caminho para a conquista de novos espaços e do empoderamento.

Face ao exposto e considerando as especificidades da condição feminina e dos dados que aqui foram apresentados, podemos compreender que por mais que as mulheres ainda sejam a grande maioria no espaço universitário, o número de Políticas Públicas voltadas para seu ingresso e permanência na universidade ainda tem se mostrado insuficientes e muitas vezes ineficientes, já que a quantidade de alunas favorecidas com esses benefícios é mínima.

Este trabalho buscou mostrar, por meio da exposição da trajetória acadêmica de mulheres que são: “mães, esposas, donas de casa ou trabalhadoras”, alguns dos dilemas que as mulheres nas condições acima descritas enfrentam no decorrer de sua permanência na universidade, e para concluir, ainda que temporariamente, a partir de todas as questões aqui levantadas, o que defendemos é a melhoria das percepções em relação às mulheres. Deve-se conceber que não estão inclusas no estereótipo de “supermulher” porque querem, mas porque são condicionadas e muitas vezes obrigadas a isso.

De “super” elas só possuem a vontade de vencer, mesmo diante de todas as dificuldades, mesmo tendo suas necessidades naturalizadas e, por isso, invisibilizadas. É impossível, portanto, que continuemos a usufruir da universidade sem ponderar sobre as demandas dos coletivos que a mantêm de pé, já que os espaços só têm relevância na medida em que contemplam as pessoas que estão neles.

Que nossa prática cotidiana sirva, não para manter os privilégios de classes menores, porém dominantes, mas para ofertar equidade para que todos/as, independente do gênero, tenham a possibilidade de estar onde querem e não sejam impedidos/as pelas condições a que estão sujeitos/as.

Referências

ANDRADE, Darlane Silva Vieira; SANTOS, Helena Miranda dos (Orgs). **Gênero na psicologia: articulações e discussões**. Salvador/BA, 2013. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/genero_na_psicologia.pdf> Acesso em: 20 set. 2017.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) - terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília/DF: MEC/SEF, 1998.

CARVALHO, Débora Jucely. A conquista da cidadania feminina. **Revista multidisciplinar da UNIESP**, 2011. Disponível em: <<http://www.colegiomaededeus.com.br/>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

DELPHY, Christine. Patriarcado (Teorias do). In: HIRATA, Helena. *et al.* (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo/SP, 2009.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As Pesquisas Denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**. Ano XXIII, nº 79. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

FIORIN, Pascale Chechi; OLIVEIRA, Clarissa Tochetto de; DIAS, Ana Cristina Garcia. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**. São Paulo/SP, 2014. v. 15. n.1. p. 25-35. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v15n1/05.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SANTANA, Joelma Ramos; WAISSE, Silvia. **Chegada e difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972**: qual informação foi disponibilizada às usuárias potenciais. *Revista Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro/RJ, v. 9, n. 2, p. 203-218, jul/dez 2016. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1zd_L5tIYkEJ:https://www.sbhc.org.br/arquivo/download%3FID_ARQUIVO%3D2794+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 07 set. 2018.

SOBRINHO; José Dias. **Universidade fraturada**: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*. Campinas; Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 581-601, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=219142567002>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

SOUSA, Cynthia Pereira de. **Gênero e Universidade no Brasil**: acesso ao Ensino Superior e condição feminina no meio universitário. In: GARCÍA, Consuelo Flecha; PALERMO, Alicia Itatí. (Orgs.). *Mujeres e Universidad em España y América Latina*. Buenos Aires/Argentina: Mino y Dávila, 2008. Disponível em: <http://www.academia.edu/23568409/G%C3%AAnero_e_Universidade_no_Brasil_acesso_a_o_ensino_superior_e_condi%C3%A7%C3%A3o_feminina_no_meio_universit%C3%A1rio>. Acesso em: 05 nov. 2018.

Artigo recebido em: 24 de julho de 2019

Aprovado em: 24 de setembro de 2019

SOBRE AS AUTORAS

Samara Gomes Aguiar é uma professora e pesquisadora, mestranda em Educação e integrante da linha de pesquisa Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais do Grupo de Pesquisa do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/CNPq).

Contato: samaraaguiarcte@hotmail.com

ORCID: [0000-0003-4259-4145](https://orcid.org/0000-0003-4259-4145)

Valquiria Normanha Paes é uma professora e pesquisadora com experiência nos anos Iniciais do Ensino Fundamental e Psicopedagogia. É integrante da linha de pesquisa Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e Movimentos Sociais do Grupo de Pesquisa do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educacional Paulo Freire (NEPE/CNPq).

Contato: valquirianpaes@hotmail.com

ORCID: [0000-0002-4599-7620](https://orcid.org/0000-0002-4599-7620)

Sônia Maria Alves de Oliveira Reis é uma professora e pesquisadora com experiência na área de Educação, com ênfase em ensino e aprendizagem, atuando principalmente na educação de jovens, adultos e idosos, mulheres, práticas educativas, alfabetização e letramento.

Contato: sonia_uneb@hotmail.com

ORCID: [0000-0003-0129-0719](https://orcid.org/0000-0003-0129-0719)